

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000 Câmara Municipal de Santana da Vargem Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001 70

PROTOCOLO

Mensagem ao PLC nº 004/2025

Assunto: Encaminha Projeto de Lei Complementar

Servico: Gabinete do Prefeito

Data: 18/02/2025

m

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, Nobres Vereadores,

Cumprimento-os cordialmente, e venho por meio desta, encaminhar-lhes o Projeto de Lei Complementar nº 004, de 20 de fevereiro de 2025, que "Altera o Anexo Atribuições da Lei Complementar 023, de 31 de março de 2022, que 'Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo', a fim de criar vagas ao cargo de Motorista.".

A presente proposta legislativa tem como finalidade a criação de 04 (quatro) vagas para o cargo de Motorista, permitirá uma maior cobertura de atendimento em face das demandas relacionadas a esse profissional no Município de Santana da Vargem - MG.

Desde a entrada em vigor do Novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Executivo, no ano 2022, houve um aumento da demanda de transporte no Município, em especial nas Secretarias Municipais de Saúde e Educação, havendo inclusive a necessidade de a Administração contratar mediante licitação serviços privados de transporte, a fim de absorver a demanda dos órgãos e serviços locais.

Assim, esta proposta legislativa tem o intuito de ampliar no número de vagas ao cargo de Motorista, passando-se de 30 (trinta) para 34 (trinta e quatro) vagas, ampliando-se, desta forma, a possibilidade de melhorar a prestação de serviços à população vargense.

Cumpre dizer, ainda, que há Concurso Público vigente, portanto, os "novos motoristas" que venham a ser investidos nos cargos, na hipótese de aprovação deste projeto de Lei Complementar, seguirá a listagem de candidatos aprovados no certame.

Do ponto de vista de competência para propositura deste Projeto de Lei Complementar, destaca-se que a Constituição da República de 1988, em seu art. 30, inciso I, confere aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, o que inclui a organização de seu quadro de pessoal para assegurar a prestação eficiente dos serviços públicos.

Além disso, o art. 37 da CR/88 estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os quais orientam a administração pública e justificam a necessidade de adequação dos recursos humanos à realidade do Município, através de lei.

A propósito da Competência Legislativa do Município, o art. 18 da CR/88 ao tratar da organização político-administrativa do Estado Brasileiro reafirma a autonomia dos Municípios, sendo que, o art. 29, caput, estabelece que o Município será regido "por lei orgânica".



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70

Por sua vez, a Lei Orgânica Municipal, prevê em seu art. 5º, inciso X, a competência do Município para legislar sobre *"organização, administração e execução dos serviços públicos locais"*.

Nesse sentido, a criação de mais 04 (quatro) vagas para o cargo de Motorista, no quadro funcional do Município, representa uma medida essencial para garantir a oferta adequada de serviços à população.

Ademais, a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais respaldam a criação de cargos públicos quando houver necessidade justificada e disponibilidade orçamentária, requisitos plenamente atendidos neste caso.

A carência de profissionais motoristas no quadro atual compromete a eficiência do serviço público local, notadamente na Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação.

O art. 35, inciso II, da Lei Orgânica, dispõe ser de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, por meio do Prefeito a "criação, estruturação e atribuições de órgãos e departamentos da Administração Pública". Portanto, o presente Projeto de Lei Complementar é regular quanto à competência do Município para legislar sobre o tema, assim como no aspecto da iniciativa da proposta.

Quanto ao Processo Legislativo, observa os art. 102 e 88, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santana da Vargem, porque é apresentado com a antecedência necessária para que conste da pauta da sessão plenária, bem como se trata da modalidade de proposição "projeto de lei complementar".

Ainda, a matéria em questão insere-se nos termos do art. 43, inciso VI e 158, inciso IX, do Regimento Interno, com quórum de aprovação de maioria absoluta de votos dos vereadores. Deve ser apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 38, inciso X, do Regimento Interno, sendo vedada sua aprovação tão somente pelas Comissões, consoante o disposto no art. 43, do mesmo Regimento.

Nos termos do art. 144, do Regimento Interno, deverá ser submetida a dois turnos de votação, após analisado pelas Comissões. Apenas na hipótese de empate caberá o voto do Presidente da Câmara, conforme art. 33 do Regimento Interno.

Destaca-se que a presente proposta legislativa observa os termos da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que, conforme impacto financeiro anexado, há recursos para atender à despesa criada, nos termos do art. 22 da referida Lei.

Quanto ao disposto no art. 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal, há prévia dotação orçamentária já estabelecida para as respectivas despesas, assim como a respectiva autorização na Lei de Diretrizes para as finalidades desta proposta.

Cumpre destacar que o art. 17 da LDO vigente autoriza a criação, extinção e alteração de cargos previstos na presente proposta e existe dotação orçamentária para tanto.



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70

O art. 37, inciso X, da Constituição Federal, dispõe sobre a necessidade de lei específica que regule a remuneração e subsídio daqueles que são remunerados pelo Poder Público, sendo a presente proposta específica de lei e, uma vez não vinculadas ou equiparadas as remunerações que dela decorrem a outras espécies remuneratórias diversas. observa o art. 37, inciso XIII, da CF.

Com efeito, sob nenhum aspecto, há óbice jurídico-formal ao regular trâmite e votação da presente proposta pelos Nobres Vereadores.

São estas, em resumo, nobres vereadores, as razões que nos levam a submeter ao Poder Legislativo o presente Projeto de Lei Complementar, o qual encontra-se norteado pelo interesse público.

Ao ensejo, aproveito da oportunidade para externar os votos de estima e consideração e todos os membros do Poder Legislativo contando que do crivo da meditação de Vossas Excelências desaguará da imediata aprovação desta proposição a bem dos agentes públicos municipais.

Atenciosamente,

Assinado de forma digital por ARGEMIRO RODRIGUES GALVAO.72110414804
GALVAO.72110414804
-03/00/
COMPANY OF THE PROPERTY OF T

Argemiro Rodrigues Galvão Prefeito Municipal

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000 Fone (035) 3858-1200 – CNPJ 18.245.183/0001-70

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025.

Altera o Anexo Atribuições da Lei Complementar 023, de 31 de março de 2022, que "Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo", a fim de criar vagas do cargo de Motorista.

O povo de Santana da Vargem, por meio de seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo Atribuições, da Lei Complementar nº 023/2022 que "Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo", a fim de ampliar o número de vagas do Cargo de Motorista, que passa a vigorar com a seguinte redação:

MOTORISTA

- Vaga: 34
- · Provimento Cargo Efetivo
- Carga Horária Semana: 40 (quarenta) horas semanais.
- Forma de Cumprimento da Carga Horária: Definição por portaria
- 1ª 12x36
- 2ª 07:00 AS 16:30 (intervalo de 01:30)
- Vencimento: R\$ 1.634,88 (um mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos)
- Art. 2º As demais disposições da Lei Complementar nº 023, de 31 de março de 2022, que "Dispõe Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo", permanecerão inalteradas.
- Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista em orçamento vigente, respeitadas as normas da Lei nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de publicação.

Santana da Vargem - MG, 18 de fevereiro de 2025.

ARGEMIRO RODRIGUES
ARGEMIRO RODRIGUES
GALVAO:72110414804
Dados: 2025.02.18 09:25:45 -03:00'

Argemiro Rodrigues Galvão Prefeito Municipal

			\$
			51

美国美

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – 37.195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM - MG

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (art. 16, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA: Projeto de Lei Complementar nº 004/2025 - Acréscimo 04 vagas motorista.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotações próprias do Orçamento.

IMPACTO NO ORÇAMENTO/2025: Reflexo financeiro máximo de R\$124.541,41 (10 meses, conforme anexo I) até o final de 2025, que será suportado por dotações próprias do orçamento vigente.

IMPACTO NO ORÇAMENTO/2026: Constará da respectiva proposta orçamentária do exercício.

IMPACTO NO ORÇAMENTO/2027: Constará da respectiva proposta orçamentária do exercício.

Metodologia aplicada (art. 16, §2º da LC nº 101/2000): conforme Anexo I

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem - MG, 18 de fevereiro de 2025.

SILVIO CESAR
MIRANDA:5326537869

MIRANDA:53265378691

Dadis: 225.2018 10.9933 -03'00'

ARGEMIRO Assinado de forma digital por ARGEMIRO RODRIGUES ARGEMIRO RODRIGUES GALVAO:72110414804 Dadois: 2025.02.18 10.18:18-03:00*

Silvio César Miranda Contador – CRC-MG 46.694

Argemiro Rodrigues Galvão Prefeito Municipal

<u>DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</u> (art, 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA: Projeto de Lei Complementar nº 004/2025 — Plano de Cargos e Salários

FONTE DE CUSTEIO: Dotações próprias do orçamento vigente.

Na qualidade de ordenador de despesas do Município de Santana da Vargem - MG, <u>declaro</u>, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.826/2024), e compatibilidade com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 1.805/2024 e com o PPA – Plano Plurianual (Lei nº 1.606/2021)

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem - MG, 18 de fevereiro de 2025.

ARGEMIRO RODRIGUES, Astinado de forma digital por AGEMIRO RODRIGUES GALVAO:72110414804 GALVAO:72104104040 Dados: 2025.02.18 10:18:36-0300

Argemiro Rodrigues Galvão Prefeito Municipal



Praça Padre João Maciel Neiva, 15 — 37.195-000 Fone (035) 3858-1200 - CNPJ 18.245.183/0001-70

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2025

ANEXO I - 04 vagas cargo motorista

Proventos (04 vagas)	Valores em R\$
Vencimentos	6.359,52
Insalubridade	1.214,40
Aux. alimentação	1.634,84
Assiduidade	513,60
INSS (12%)	970,50
Total mês	10.692,86
Subtotal 10 meses	106.928,60
10/12 férias	6.739,60
1/3 férias	2.246,53
10/12 13º salário	6.739,60
INSS férias/13º	1.887,08
Total 2025 (10 meses)	124.541,41